

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA LIGHT ENERGIA S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

**LIGHT ENERGIA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, 2º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 01.917.818/0001-36 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE nº 33.300.165.606, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, Edifício Buenos Aires, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76" ou "Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas, conforme definido abaixo, da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário"; e

**LIGHT S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, 2º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.378.521/0001-75 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA sob o NIRE nº 33.300.263.161, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Fiadora");

celebram a presente "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Light Energia S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo aduzidos.

**1. AUTORIZAÇÃO**



1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 16 de dezembro de 2011 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

## **2. REQUISITOS**

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, e a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária**

2.1.1.1 A AGE será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no "Jornal do Commercio", edição nacional, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 A ata de Reunião do Conselho de Administração da Fiadora, realizada em 16 de dezembro de 2011 ("RCA"), que aprova a outorga da Garantia Fidejussória, conforme abaixo definida, deverá ser arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no "Jornal do Commercio", edição nacional.

### **2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura**

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

### **2.1.3 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.



#### **2.1.4 Dispensa de Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA**

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

#### **2.1.5 Registro da Escritura em Cartório de Títulos e Documentos**

2.1.5.1 Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em virtude da fiança ora avençada, a presente Escritura deverá ser levada a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura e, uma vez registrada, deverá ser enviada ao Agente Fiduciário em 5 (cinco) dias corridos contados da obtenção do registro.

#### **2.1.6 Condição Suspensiva**

2.1.6.1 A Emissão está sujeita a condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e seguintes do Código Civil Brasileiro (“Condição Suspensiva”), consistente (i) na aprovação prévia por escrito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) da Emissão, dispensando o cumprimento pela Emissora do artigo 34, IX, das “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, que se aplicam ao “Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nº 10/449.738-4”, celebrado em 5 de novembro de 2007, e ao “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.1054.1”, celebrado em 30 de novembro de 2009 (“Aprovação do BNDES”); e (ii) na autorização para realização da Emissão pelos titulares das debêntures da 5ª (quinta) emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A., reunidos em assembleia geral de debenturistas convocada para o dia 22 de dezembro de 2011, na forma da cláusula sétima do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.” (“Escritura da Light SESA”), para que a presente Emissão não configure hipótese de vencimento antecipado descrita no item 4.11.1 (m) da Escritura da Light SESA (“Autorização dos Debenturistas da Light SESA”).

2.1.6.2 Uma vez recebidas a Aprovação do BNDES e a Autorização dos Debenturistas Light SESA pela Emissora, esta deverá enviá-las ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis do seu recebimento.

2.1.6.3 A Condição Suspensiva será considerada satisfeita quando do recebimento de cópia da Aprovação do BNDES e da Autorização dos Debenturistas Light SESA pelo Coordenador Líder em conjunto com o Agente Fiduciário, momento a partir do qual os procedimentos de distribuição poderão ser iniciados. A satisfação da Condição Suspensiva deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura.

### **3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1 Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (iv) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a Emissora realizar qualquer das atividades previstas em seu objeto social; (v) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e (vi) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

#### **3.2 Número da Emissão**

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").

#### **3.3 Número de Séries**

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.



### **3.4 Montante da Emissão**

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

### **3.5 Quantidade de Debêntures**

3.5.1 Serão emitidas 425 (quatrocentas e vinte e cinco) debêntures ("Debêntures").

### **3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

3.6.1 As funções de banco mandatário e de instituição depositária serão exercidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" ou "Instituição Depositária", conforme o caso).

### **3.7 Destinação dos Recursos**

3.7.1 Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora para o resgate antecipado das notas promissórias comerciais, inclusive encargos, emitidas em 19 de agosto de 2011, integrantes da única série da primeira emissão da Emissora ("Notas Promissórias"), e reforço do seu capital de giro.

### **3.8 Registro na CETIP**

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"); e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



3.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) de acordo com o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que a Emissora cumpra as exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado o disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (v) fundos de investimento destinados a investidores não qualificados; e (vi) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, os quais deverão subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB-Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 (“Coordenador”), e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 2ª Emissão da Light Energia S.A.”, a ser celebrado entre o Coordenador e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

3.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Colocação.

3.9.3 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o

Coordenador poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3.1 Não será permitido realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.3.2 O volume da Emissão e da Oferta Restrita não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.

3.9.3.3 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.9.3.4 Serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador.

3.9.3.5 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.3.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

#### **4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas**

###### **4.1.1 Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Nominal Unitário").

###### **4.1.2 Data de Emissão**



4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").

#### 4.1.3 *Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá em 19 de agosto de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definido, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida e calculada na forma prevista nesta Escritura.

#### 4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

#### 4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

#### 4.1.6 *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

#### 4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.





## **4.2 Subscrição**

### **4.2.1 Prazo de Subscrição**

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 3.9.2 acima.

### **4.2.2 Preço de Subscrição**

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definida abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização utilizando-se, no cálculo do preço unitário de subscrição e integralização, 2 (duas) casas decimais (truncado ou arredondado).

## **4.3 Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

## **4.4 Direito de Preferência**

4.4.1 Não há qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## **4.5 Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

## **4.6 Remuneração**

4.6.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas "Taxa DI *over* extragrupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), capitalizada de um *spread*, ou sobretaxa, de 1,18% (um inteiro e dezoito centésimos por

cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, e será paga ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item abaixo.

4.6.2 Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.3 A Remuneração será paga semestralmente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 19 de fevereiro de 2012 e o último será devido na Data de Vencimento, conforme a tabela abaixo:

Número de Ordem	Datas de Pagamento da Remuneração
1º (primeiro)	19 de fevereiro de 2012
2º (segundo)	19 de agosto de 2012
3º (terceiro)	19 de fevereiro de 2013
4º (quarto)	19 de agosto de 2013
5º (quinto)	19 de fevereiro de 2014
6º (sexto)	19 de agosto de 2014
7º (sétimo)	19 de fevereiro de 2015
8º (oitavo)	19 de agosto de 2015
9º (nono)	19 de fevereiro de 2016
10º (décimo)	19 de agosto de 2016
11º (décimo primeiro)	19 de fevereiro de 2017
12º (décimo segundo)	19 de agosto de 2017
13º (décimo terceiro)	19 de fevereiro de 2018
14º (décimo quarto)	19 de agosto de 2018
15º (décimo quinto)	19 de fevereiro de 2019
16º (décimo sexto)	19 de agosto de 2019

4.6.3.1 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}, \text{ onde:}$$

“Fator DI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDIk” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” corresponde a 1,1800; e

“DP” é o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

4.6.3.2 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9

(nove) casas decimais, com arredondamento; e

- v) a Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

4.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro dia útil subsequente ao decurso do prazo de 15 (quinze) dias acima, assembleia geral de Debenturistas, observados os termos previstos na presente Escritura para a respectiva realização ("Assembleia Geral de Debenturistas" ou "AGD"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, na apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora ou a Fiadora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.6.6 Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para



apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- i) resgate antecipado pela Emissora e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor de seu Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada para apuração de "TDI<sub>k</sub>", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente; ou
- ii) apresentação, pela Emissora, de cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definidas nesta Escritura, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelo voto da maioria dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a



refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI-Over.

4.6.8 A Fiadora desde já concorda com o disposto no item 4.6.7 acima, reconhecendo que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Garantia Fidejussória válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar à Emissora a obrigação de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento pela Emissora de tal obrigação. A Fiadora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto no item 4.6.7 acima.

#### 4.7 Repactuação

4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.8 Amortização Programada

4.8.1 O Valor Nominal Unitário na Data de Emissão será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, nas datas e percentuais aduzidos na tabela abaixo:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Pagamento
25% (vinte e cinco por cento)	19 de agosto de 2016
25% (vinte e cinco por cento)	19 de agosto de 2017
25% (vinte e cinco por cento)	19 de agosto de 2018
25% (vinte e cinco por cento)	19 de agosto de 2019

#### 4.9 Condições de Pagamento

##### 4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou, conforme o caso, (b) pela instituição depositária contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Mandatário qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### **4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.9.4.1 Sem prejuízo do previsto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado nos termos desta Escritura não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.10 Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no "Jornal do Commercio", edição nacional, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação no prazo estipulado no item 7.1(i)(d) abaixo. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação prévia por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

#### **4.11 Garantia Fidejussória**

4.11.1 Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora sob as Debêntures, a Fiadora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados ("Garantia Fidejussória").

4.11.2 A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, de forma solidária, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.11.3 O valor da fiança ora prestada pela Fiadora é limitado ao valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, arbitradas pelo juízo competente mediante decisão final transitada em julgado, quando houver, respeitado o disposto na cláusula 8.6.5 desta Escritura ("Valor Garantido").

4.11.4 O Valor Garantido será pago pela Fiadora, de forma solidária, em até 4 (quatro) dias úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, exceto no caso de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 2 (dois) dias úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.11.5 A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.11.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.11.7 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

4.11.8 A presente fiança entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente



Fiduciário, com o pagamento integral do Valor Garantido, sendo certo que somente a partir de tal data a Fiadora estará desobrigada de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.

4.11.9 A Fiadora, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

#### **4.12. Direito ao Recebimento dos Pagamentos**

4.12.1 Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que foram Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

### **5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO**

#### **5.1 Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão, a critério da Emissora, (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau.

#### **5.2 Resgate Antecipado**





nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, e com divulgação, conforme definido no item 4.10 acima, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á através de “operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário”. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.2.4.1 Caso o Debenturista deixe de operacionalizar a compra e venda na data definida para a realização do resgate parcial, será aplicável o disposto no item 4.9.4 acima.

5.2.5 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

## 6. VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.1.2 abaixo, todas as obrigações objeto da Escritura e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas na presente cláusula (“Eventos de Vencimento Antecipado”).

6.1.1 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado abaixo listados ensejará a declaração automática e imediata, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura, nos termos do item 6.1 acima, sem prejuízo da comunicação escrita à Emissora neste

sentido, nos termos do item 6.6 abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- i) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; (b) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas; (d) pedido de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- ii) não obtenção, pela Emissora, do registro de companhia aberta perante a CVM até 10 de abril de 2013;
- iii) extinção da concessão outorgada à Emissora para explorar atividades relacionadas à geração e transmissão de energia;
- iv) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora para explorar atividades relacionadas à geração e transmissão de energia decorrente de fatos relacionados a sua capacidade econômica;
- v) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- vi) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, individualmente ou em conjunto;
- vii) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora, de forma que (a) a Emissora deixe de atuar na geração de energia elétrica ou (b) a Fiadora deixe de

ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, transmissão, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica; e

viii) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura.

6.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 6.1.1 acima, a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado abaixo listados ensejará a adoção dos procedimentos mencionados nos itens 6.3 e seguintes abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"):

- i) inadimplemento, pela Emissora, pela Fiadora e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- ii) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- iii) protesto de títulos contra (ainda que na condição de garantidora) a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado; (b) foi apresentada defesa e prestadas garantias em juízo; ou (c) foi validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros;
- iv) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto:



- a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
- b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
- c) pela incorporação, pela Emissora, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; ou
- d) por qualquer operação envolvendo exclusivamente controladas da Emissora e/ou da Fiadora; ou
- e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (*rating*) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco;
- v) alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (*rating*) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco;
- vi) alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas

- representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- vii) redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- viii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- ix) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contado do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, individualmente ou em conjunto;
- x) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos do item 3.7.1 acima;
- xi) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer decisão judicial e/ou arbitral não sujeita a recurso, envolvendo valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, contra a Emissora e/ou a Fiadora;
- xii) constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Fiadora (exceto se para a prestação de garantia em processo judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora, bem como para

- constituição de garantia em contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja equivalente ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a Emissora ou R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a Fiadora, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xiii) transferência, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xiv) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou da Fiadora;
- xv) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura é falsa, inconsistente ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- xvi) não manutenção, pela Emissora, de seguro para seus ativos operacionais relevantes, conforme as melhores práticas correntes em seus mercados de atuação, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data de notificação da Emissora acerca de tal inadimplemento;
- xvii) realização, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xviii) realização, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer ato em desacordo com esta Escritura, com o Contrato de Colocação e/ou com qualquer outro documento relacionado à Emissão e/ou à Oferta, em especial os que possam,

direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos; e

- xix) não observância, pela Fiadora, enquanto houver Debêntures em Circulação, do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do Total da Dívida Líquida (conforme definida abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 (três inteiros) ("Índice Financeiro"), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora relativas a 30 de setembro de 2011. Para os fins do disposto neste item:

"Dívida Líquida" significa Dívida deduzida dos valores constantes nas rubricas "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Títulos e Valores Mobiliários" das notas explicativas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora.

"Dívida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora, o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Fiadora e suas controladas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Fiadora e o diferencial por operações com derivativos, incluindo dívidas relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;

"EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; e (v) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras; (ii) ganhos extraordinários e não recorrentes; e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa; e

"Lucro Líquido" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Fiadora ou tenha sido incorporada ou fundida à Fiadora ou suas subsidiárias; (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Fiadora ou suas subsidiárias; (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (f) lucro líquido de operações descontinuadas; e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima; e

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida, incluindo as despesas de juros relacionadas a fundo e/ou plano de pensão;

"Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado; e

"Títulos e Valores Mobiliários" incluem aplicações financeiras com vencimento superior a 3 (três) meses e/ou que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Fiadora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

6.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens 6.1.1 ou 6.1.2 acima, comunicar na mesma data ao Agente



Fiduciário para que este tome as providências devidas, nos prazos previstos nesta Escritura.

6.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do momento em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei.

6.4 Uma vez instalada, em primeira convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 6.3 anterior, será necessário o quorum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, no caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, assim deliberada por titulares que representem ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura com relação às Debêntures.

6.5 Caso não haja quórum suficiente para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, o Agente Fiduciário ou a Emissora, conforme o caso, realizará a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, ou, por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob as Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da declaração do vencimento antecipado.

6.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente, por escrito, nos termos do item 12.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário.

6.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado pela Emissora em até 5 (cinco) dias úteis, contados do protocolo ou aviso de recebimento da carta mencionada no item 6.5. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

i) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na internet ([www.light.com.br](http://www.light.com.br)) os seguintes documentos e informações:

- a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, bem como cópia das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora, ambas relativas ao exercício social encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) relatório demonstrando a apuração do Índice Financeiro, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- b) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas

Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

- c) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
- d) dentro de 10 (dez) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas ou da data em que forem divulgados ao mercado, cópia de todas as cartas e comunicados enviados, bem como os Avisos aos Debenturistas e atas das Assembleias Gerais de Debenturistas, contados do arquivamento da ata na JUCERJA;
- e) dentro de 3 (três) dias úteis após o recebimento, cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Vencimento Antecipado;
- f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.1 acima no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, imediatamente após a sua verificação;
- g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCERJA em até 5 (cinco) dias corridos contados da data do respectivo arquivamento; e
- h) os eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;

- ii) protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCERJA, em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
- iii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça, dentro do prazo legal;
- iv) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- v) cumprir todas as leis e, em todos os aspectos relevantes, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possuir ativos, inclusive em relação à manutenção de sua contabilidade devidamente atualizada, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, na forma da legislação societária pertinente, e às determinações da CVM e de outros órgãos públicos competentes;
- vi) notificar no prazo de até 1 (um) dia o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato relevante, conforme definido pela regulamentação aplicável, sobre a Emissora e/ou que possa ensejar a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, ou que possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora;
- vii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- viii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário;



- ix) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- a) preparar demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- x) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP, a agência de classificação de risco (*rating*) e o Agente Fiduciário;
- xi) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Mandatário, entendidos como os pagamentos a serem realizados sob as Debêntures, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento até as 19h (dezenove horas) da véspera do evento;



- xii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida e desde que arbitrados pelo juízo competente mediante decisão final transitada em julgado) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos da Cláusula 8.6.3 desta Escritura;
- xiii) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim; e
- xiv) emvidar seus melhores esforços para obter a Aprovação do BNDES e a Autorização dos Debenturistas da Light SESA antes da Data de Emissão.

7.2 As despesas a que se refere a alínea (xviii) do item 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas após seu pagamento, desde que razoáveis; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetua-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quórum de deliberação previsto no item 9.8 abaixo.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/03").

8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei, nesta Escritura ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades

- porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
  - viii) verificar a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos desta Escritura;
  - ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
  - x) verificar a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura;
  - xi) solicitar, desde que necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
  - xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima;
  - xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
  - xiv) elaborar e enviar à Emissora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora enviará todos os atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela

Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras e auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle



comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do encerramento de cada exercício social:

- 1) denominação da companhia ofertante;
  - 2) valor da emissão;
  - 3) quantidade de debêntures emitidas;
  - 4) espécie;
  - 5) prazo de vencimento das debêntures;
  - 6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - 7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no escritório do Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e
  - e) na sede do Coordenador;
- xvi) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;



- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora, mediante a assinatura da presente Escritura, e os Debenturistas mediante a subscrição das Debêntures, autorizam, desde já, expressamente o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e de seus respectivos titulares;
- xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer e os índices financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou fornecidas pela Emissora;
- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- xxi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para examinar eventual proposta de substituição da garantia;
- xxii) divulgar as informações referidas no item 8.3 (xiv) "i" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- xxiii) disponibilizar diariamente, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- xxiv) na ocorrência de qualquer dos eventos descritos na cláusula 6.1.2 (v), solicitar à agência de classificação de risco, em até 5 (cinco) dias úteis, manifestação acerca da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures e à Emissora;

- xxv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- xxvi) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrências da execução de seus serviços, exceto por aqueles previstos na cláusula 8.6.2 e todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação pertinente;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
- v) executar a Garantia Fidejussória da Emissão, conforme aplicável nos termos desta Escritura, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) a (iii) e (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iv) acima.



8.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais) cada, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes. Referida remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela acima mencionada.

8.6.1 As parcelas acima mencionadas serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.2 As parcelas supra citadas serão acrescidas dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS"), Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza ("IR"), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento). Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas a referido inadimplemento relativo à Emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item estão relacionadas:

- i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Emissora;
- ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora c/ou Debenturistas e/ou em Assembleias Gerais de Debenturistas; e
- iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

8.6.4 A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis.

8.6.5 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas em que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios nesse sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário. As despesas incluem, entre outras, aquelas mencionadas na cláusula 7.2 desta Escritura.

8.6.6 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem os subitens anteriores por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas aos Debenturistas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, sendo que as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos



por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Fica certo e ajustado entre as Partes que não caberá ao Agente Fiduciário pagar, às suas próprias expensas, quaisquer despesas necessárias à defesa judicial ou administrativa dos direitos dos Debenturistas, inclusive honorários advocatícios e custas de natureza sucumbencial, sendo certo que quaisquer despesas desta natureza deverão ser suportadas exclusivamente pelos Debenturistas na forma disposta acima no presente item.

8.6.7 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item 8.6.4 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

## 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.



9.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da cláusula 4.10.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias Gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.4.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.4.2 A segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Fiadora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidos conclaves, respeitadas as regras e prazos de convocação aplicáveis aos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos representantes do Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação de titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nela proferido.

9.9 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação por titulares da totalidade das Debêntures em Circulação.



## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) que verificou a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória, nos termos desta Escritura, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade da referida garantia;
- v) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- vi) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- vii) está ciente da regulamentação aplicável emanada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, inclusive a Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- viii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- ix) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;



- x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- xi) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

## **11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA**

### **11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:**

- i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras sem registro de companhia aberta perante a CVM e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e obteve todas as aprovações e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto, não sendo exigido nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos, exceto pela inscrição da Escritura na JUCERJA, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das Debêntures na CETIP, ressalvadas a Aprovação do BNDES e a Autorização dos Debenturistas da Light SESA, em processo de obtenção, nos termos do item 2.1.6.1 acima;
- iii) a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures (a) não infringem seu Estatuto Social ou qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, ou, na data em que é firmado, qualquer disposição legal,

ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (b) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, sem prejuízo da obtenção da Aprovação do BNDES e da Autorização dos Debenturistas da Light SESA;

- iv) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- v) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades descritas em seu objeto social;
- vi) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer de modo relevante a normal condução de suas atividades ou o integral e pontual cumprimento de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;



- ix) à vista das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal, e conforme as melhores práticas do setor de energia elétrica, possui, válidas e em vigor, ou estão em efetivo processo de obtenção de todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes para o válido exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância material impeditiva da normal condução dessas atividades e/ou que possam afetar suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias assumidas no âmbito da Emissão;
- x) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- xi) inexistem, em seu melhor conhecimento, qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de, qualquer forma, afetar esta Escritura;
- xii) exceto por aqueles mencionados nas suas respectivas demonstrações financeiras ou no formulário de referência da Fiadora, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- xiii) desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento fundamentada sobre as Debêntures, sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas

informações, para fins da Emissão e da Oferta, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

- xv) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, incluindo os de natureza política, conjuntural, social e inerentes ao mercado financeiro, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras, operacionais ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- xvi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- xvii) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem uma obrigações lícitas, legalmente válidas e vinculantes, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

11.2 A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras com registro de companhia aberta perante a CVM e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto, ressalvadas a Aprovação do BNDES e a Autorização dos Debenturistas da Light SESA, em processo de obtenção, nos termos do item 2.1.6.1 acima;
- iii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures (a) não infringem seu Estatuto Social, ou qualquer contratos ou instrumento do qual a Fiadora seja parte ou, na data em que é firmada, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Fiadora; e (b) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em

- qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de quaisquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, sem prejuízo da obtenção da Aprovação do BNDES e da Autorização dos Debenturistas da Light SESA;
- iv) os representantes legais da Fiadora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- v) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, salvo aqueles que estão sendo discutidos em esfera administrativa e judicial;
- vi) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer de modo relevante a normal condução de suas atividades ou o integral e pontual cumprimento de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- vii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora representam corretamente suas respectivas posições financeiras nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação, adicional aos já concedidos (incluindo, a aprovação da RCA), é exigido para o cumprimento, pela Fiadora, de suas obrigações nos termos desta Escritura;
- ix) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente envolvendo a Fiadora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Garantia Fidejussória,



ou comprometer, de qualquer modo, sua validade ou eficácia, ou, ainda, que possa causar impacto substancial e adverso à Fiadora;

- x) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento fundamentada sobre a Garantia Fidejussória, tendo sido disponibilizadas informações, para fins da Emissão e da Oferta, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- xi) o registro de companhia aberta da Fiadora está atualizado perante a CVM; e
- xii) as declarações e garantias prestadas nesta Escritura, ou em qualquer outro instrumento que tenha sido celebrado em decorrência desta Escritura, são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade, incompletude ou inexatidão, nem tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato relevante, cujo conhecimento seja necessário para fazer com que as declarações e garantias prestadas nesta Escritura sejam enganosas, incompletas ou inexatas; e
- xiii) a Garantia Fidejussória ora prestada constitui obrigação lícita, legalmente válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.

11.3 A Emissora e a Fiadora, conforme o caso, se comprometem a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas, por escrito, para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

**LIGHT ENERGIA S.A.**

Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, corredor B



20080-007 - Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. João Batista Zolini

Telefone: (21) 2211-2559

Fax: (21) 2211-2554

Correio eletrônico: joao.zolini@light.com.br

ii) Para a Fiadora:

**LIGHT S.A.**

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, 2º andar

20080-007 - Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. João Batista Zolini

Telefone: (21) 2211-2559

Fax: (21) 2211-2554

Correio eletrônico: joao.zolini@light.com.br

iii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 4, Edifício Buenos Aires

22640-102 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srta. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Correio eletrônico: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br) /

[juridico@pentagonotruster.com.br](mailto:juridico@pentagonotruster.com.br)

iv) Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Banco Bradesco S.A

Cidade de Deus – Prédio Amarelo - 2º Andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Marcelo Poli

Telefone: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714





Correio eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

v) Para a CETIP:

**CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

vi) para a CVM:

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua Sete de Setembro, 111

Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE, 30º andar - Centro

20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 3554-8686

12.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas em via física sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama ou correio eletrônico enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.1.2 A mudança de qualquer dos endereços e/ou representantes dos destinatários acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se

a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.6 As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.7 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas

cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.8 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.9 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.10 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear nas suas decisões.

12.11 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.12 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme

alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

12.13 Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário, salvo aquelas estabelecidas por lei aplicável no que tange ao seu dever de diligência. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual este não figure como parte e/ou interveniente.

### 13. LEI E FORO

13.1 Esta Escritura reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.

13.2 Fica eleito o Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas

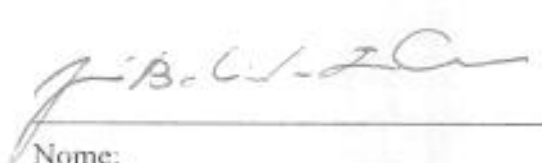
Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2011.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*



*(página de assinatura 1/4 da "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Light Energia S.A.", celebrada entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Light S.A., em 16 de dezembro de 2011)*

**LIGHT ENERGIA S.A.**



Nome:

Cargo: João Batista Zolini Carneiro  
Diretor de Finanças e Relações  
com Investidores



Nome:

Cargo: Paulo Roberto Ribeiro Pinto  
Diretoria de Novos Negócios  
e Institucional



*(página de assinatura 2/4 da "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Light Energia S.A.", celebrada entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Light S.A., em 16 de dezembro de 2011)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS**

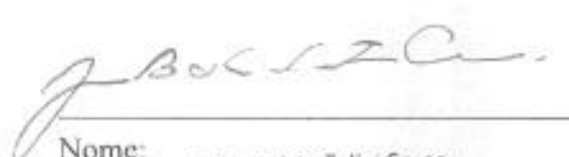


Nome: PEDRO HENRIQUE BRITO E SILVA

Cargo: JURÍFICO

*(página de assinatura 3/4 da "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Light Energia S.A.", celebrada entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Light S.A., em 16 de dezembro de 2011)*

**LIGHT S.A.**



Nome: João Batista Zolini Carneiro  
Cargo: Diretor de Finanças e Relações  
com Investidores



Nome: Paulo Roberto Ribeiro Fim  
Cargo: Diretoria de Novos Negócios  
e Institucional

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA LIGHT ENERGIA S.A.

(página de assinatura 4/4 da "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Light Energia S.A.", celebrada entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Light S.A., em 16 de dezembro de 2011)

Testemunhas:

1. *Mariana Lucas Pinheiro Lima*  
Nome: MARIANA LUCAS PINHEIRO LIMA  
RG.: 26.779.246-3 DETRAN

2. *Roberto Braga Adams*  
Nome: ROBERTO BRAGA ADAMS  
RG: 08942205/9

